

## A CARTOGRAFIA DA GUINÉ PORTUGUESA 1945-1949

Carlos MB Valentim

ISCTE-IUL

carlosvalentimma@hotmail.com

### Resumo

Entre 1945 e 1949 é produzida uma nova cartografia para a Guiné Portuguesa. Essa produção cartográfica, que representa as populações locais, a composição geomorfológica do espaço guineense, os recursos hídricos, os regulados e todo território dominado por Portugal, surge como um instrumento de saber para o domínio colonial, que é exercido a partir de Bissau. O governador, Sarmento Rodrigues, utilizará, precisamente, essa representação cartográfica para impor o seu poder sobre toda a Guiné Portuguesa. Um dos resultados mais visíveis dessa nova produção cartográfica é a carta da Guiné na escala de 1:1000.000 da autoria do jovem oficial da Marinha Avelino Teixeira da Mota.

**Palavras-Chave:** Cartografia Colonial, Guiné Portuguesa, Poder Colonial

### Abstract

Between 1945 and 1949 appeared a new cartography about Portuguese Guinea. This cartographic production represented the different ethnic groups of the territory, the geomorphology of the space, resources and the whole territory controlled by Portuguese colonial rule. The new thematic ethno-demographic and roadmaps emerged in the forties and fifties as an instrument of power to impose social control. The governor, Sarmento Rodrigues, and his bureaucratic administration team, used this cartographic representation for scientific purposes, particularly the scientific study of aspects of the Guinean space and the populations of its territory. One of the most visible results of this new cartographic production was the chart of Guinea on a scale of 1:1000.000 drawn by the young navy officer Avelino Teixeira da Mota. One of the most relevant questions is the type of sources used for this thematic cartography of the Guinea space. On the other hand, geographers, such as Orlando Ribeiro, called for the importance of giving to Portuguese Guinea a topographic map.

**Keywords:** Colonial Cartography, Portuguese Guinea, Colonial Power

### Introdução

Nos anos que se seguem ao fim da Segunda Guerra Mundial as potências coloniais europeias alteram as formas de governar e administrar os espaços coloniais que controlam noutros continentes. A fundação da *Organização das Nações Unidas* em Outubro de 1945 coloca de imediato a tónica nos direitos do Homem e na autodeterminação dos povos. O direito de um Estado exercer domínio sobre outros povos passaria a ser questionado, tal como as condições em que esse poder era exercido (CROWDER, 1984, p.22). O primeiro passo para autodeterminação dos povos que se encontravam sob o jugo colonial estava dado. Primeiro na Ásia, com a retirada das forças de ocupação japonesas, formando-se uma onda libertadora dos povos anteriormente submetidos à condição de colonizados que vai alcançar, progressivamente, nas décadas seguintes (de cinquenta e sessenta), o norte de África, e inexoravelmente o interior do Continente Negro. Alarmados pela nova vaga de independências, os países europeus vão implementar um conjunto de reformas ao nível administrativo, social, económico e cultural nos espaços coloniais dominam, procurando dessa forma cumprir os novos ditames internacionais, os interesses das elites locais e satisfazer, em determinadas áreas, as populações colonizadas. Essas medidas de cariz reformista aparecem como uma resposta natural ao clima de mudança que se vive, e são produto de uma nova mentalidade que se afirma sobre as relações entre entidades políticas e povos (CROWDER, 1984, pp.40-47). Contudo, permanecia a convicção, entre os governos dos países europeus de encarnarem a ciência e a técnica, materializadas em saberes que faziam progredir as sociedades e os povos que se encontravam submetidas ao seu domínio (FERRO, 1996, p. 42). Para esses Estados-Império as suas colónias

necessitavam de uma maior desenvolvimento social e económico, caso viessem a tomar nas suas mãos os seus próprios destinos .

Na realidade, o processo de modernização do colonialismo teve lugar no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. A modernização emergiu nas administrações coloniais, na sua burocracia, e determinou o rumo da política imposta aos territórios e povos dominados (CASTELO, 2012, pp. 356-357).

Uma das primeiras medidas que Portugal tomou em relação ao seu Império foi intensificar a "ocupação científica do Ultramar". Esta expressão passou a denominar a intervenção de técnicos e cientistas portugueses nos territórios africanos que se encontravam na alçada colonial lusitana. Vão organizar-se missões científicas, nomeiam-se novos governadores e projetam-se grandes obras de fomento em meados dos anos quarenta do século XX. A Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, um dos organismos do Ministério das Colónias, que havia sucedido à Comissão de Cartografia, por decreto de 7 de Janeiro de 1936, conhece uma nova regulamentação a partir de 1945 de maneira a poder orientar e promover os trabalhos de investigação nas colónias, através de um programa de missões e campanhas científicas<sup>1</sup>. Nessa reforma, a "Junta" era apresentada como uma entidade técnica e administrativa, dispondo de várias competências nos estudos e na investigação ultramarina (CASTELO, 1999, pp. 325-326). A necessidade de modernização dos processos da administração colonial levava a que se considerasse a ciência "*como base indispensável ao desenvolvimento racional do ultramar.*" As novas diretrizes políticas do governo português para o Ultramar partiam do seguinte pressuposto:

Estamos numa época em que a investigação científica em África está em foco, com o objetivo não só de melhorar as condições de vida das populações indígenas e dos colonos, como também a exploração económica da terra, e, ainda, na esperança de que no Continente Negro ou do Mistério venha a encontrar-se a chave para a solução de muitos problemas científicos que – e, talvez para sempre ... – aguardem explicação. (*Ocupação Científica do Ultramar Português*, 1945 p.21)

O trabalho de campo constituía a pedra de toque no novo tipo de investigação científica pretendido pelo poder colonial. Solicitavam-se técnicos, quadros, operadores de campo, fora da rotina de gabinete, que estivessem motivados pela curiosidade e pelo prazer do estudo e da pesquisa. Ora, nesse sentido, a cartografia teria um importante papel a desempenhar, nos esforços que se encontravam em curso para ampliar e consolidar os conhecimentos sobre as colónias africanas. Portugal pretende, em suma, cartografar os seus territórios ultramarinos para os dominar, para os controlar e exercer poder. Poder, política e Ciência vão, pois, estruturar a produção cartográfica nos anos do pós-II Guerra Mundial. Tratava-se de construir a imagem de um império unificado, grandioso, reunido à volta de um país que havia aberto as vias marítimas do Globo.

Não deixa de ser curioso analisar a Ciência como instrumento do poder colonial na Guiné Portuguesa, entre 1945 e 1949, em face da modernização - das infraestruturas e dos processos de estudo e controlo das populações – imposta a um território com poucos recursos, que não se encontrava colonizado por portugueses ou outros europeus. Ruy Cinatti, poeta, mas também funcionário colonial, que interessou pela investigação científica sobre Timor, reparava em meados dos anos cinquenta.

Todavia, o exemplo governativo do Comandante Sarmento Rodrigues, na Guiné, é um sintoma preclaro de que se está operando uma mudança, para melhor, na mentalidade administrativa colonial. A obra cultural deste Governador e dos 2 colaboradores [Peixoto Correia, futuro governador e ministro do Ultramar, e Teixeira da Mota, cartógrafo e historiador] há-de ficar na História da Administração Pública Ultramarina como uma das provas mais evidentes de uma visão profunda e de uma realização não menos retraída." (Carta enviada a Sarmento Rodrigues, 4 de Maio de 1950, Biblioteca Central da Marinha).

Fora com esse intuito: o de operar uma mudança na "*mentalidade administrativa colonial*", que o Ministro das Colónias, Marcelo Caetano investira no cargo de governador Sarmento Rodrigues, em Abril de 1945. Logo em 1946 é inaugurado o novo campo de aviação de Bissalanca, e ampliado o antigo campo de Bissau,

---

<sup>1</sup>Tal previa um conjunto de legislação e relatórios que circulou nos anos da pós-Segunda Guerra com o título de Ocupação Científica do Ultramar Português. Plano elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, pp.27-28.

que é dotado com serviço radiotelegráfico. Nos anos seguintes, de 1946 e 1947, são ainda construídos um depósito de medicamentos do Hospital de Bissau, uma lavandaria, uma estufa, e concluídas as obras da maternidade de Bissau e o pavilhão insectário da Missão de Estudo e Combate à Doença do Sono. Foi ainda em 1945 que se iniciou a recuperação de terrenos para a cultura do arroz, inicialmente na ilha de Bissau e Biombo, e depois em Mansoa, Cacheu, Fulacunda e Catió; são abertas treze escolas missionárias em vários pontos do território; erguem-se várias centrais telefónicas e estações radiotelegráficas; é inaugurada a “ponte do saltinho”, de importância estratégica e económica para a população; introduzidas melhorias nos cais, portos, pontões e diversas pontes. Não foi esquecida a reforma da administração, a reformulação do serviço alfandegário, o apoio ao serviço de estatística, a reforma da Justiça e da Fazenda, nomeadamente o equilíbrio das contas públicas<sup>2</sup>.

Este conjunto de modernizações levaram ao aumento do número da população vinda da Europa, e ao desenvolvimento e crescimento de centros urbanos, que, por sua vez, propiciou o aparecimento de uma estrutura social na qual se salientava, entre os africanos, uma classe «intermédia» urbana, composta por funcionários superiores e médios e de profissões liberais, que adotava o modelo de comportamentos e práticas europeias (CARDOSO, 1992, pp. 56-57).

O Governo da Guiné<sup>3</sup> liderado por Sarmento Rodrigues centrou-se inicialmente na resolução dos problemas mais prementes da Colónia, para que houvesse uma melhoria na gestão dos recursos disponíveis e se encontrassem as medidas mais adequadas a introduzir no território. O ponto de partida do estudo e da investigação, no terreno, foram as questões colocadas: quais os grupos humanos que compunham a Colónia? Qual era a geografia dos idiomas utilizados? E quanto à religião, qual a confissão predominante? Qual era o tipo de habitação que predominava na Guiné? E as atividades económicas, como se processavam?

Para responder a este “inquérito” social, económico, antropológico e cultural rapidamente se percebeu que a cartografia seria um instrumento decisivo. É com esse intuito que é projetada uma nova carta para o território, embora as vicissitudes na recolha de informação, colocadas pelo perfil físico do espaço guineense adiassem a elaboração, por processos rigorosos e científicos, do mapa topográfico Guiné. Entretanto, há um progresso assinalável no conhecimento e representação do espaço da Guiné, que se encontra na origem do aparecimento de uma nova cartografia da Guiné Portuguesa entre 1945 e 1949.

## I. A Guiné Portuguesa

As campanhas científicas e os estudos geológicos efetuados na Guiné Portuguesa, que se iniciaram no ano de 1945, vieram a colocar em evidência o facto da Colónia se encontrar numa zona de transição entre o maciço paleozóico do Futa-Djalón e o golfo cretácico e terciário do Senegal (TEIXEIRA, 1963, p.43).

No seguimento do seu trabalho de campo, o geógrafo Orlando Ribeiro (2010a, p.191) identificou quatro grandes unidades geográficas para o território da Guiné: 1) o litoral – ilhas adjacentes e uma costa rasa, rias e bolanha, com vegetação exuberante, mangal, floresta-galeria ao longo dos rios, agricultura intensa, palmares, culturas alagadas e pesca; 2) região de transição (Mata de Oíó) – relevo um pouco mais movido, mata densa, população esparsa; uma grande reserva natural; 3) planalto do interior (Bafatá-Gabu), dois ciclos geomorfológicos, planalto de erosão com rios encaixados, de largo leito maior entre margens escarpadas; savana; população mista de Mandingas (fixos) e Fulas(móveis); agricultura e pastoreio; 4) Boé (Bawal dos geógrafos franceses) – não limitado pelo Cocoli, como o mapa e o uso podem fazer crer, atravessa o rio; colinas e planaltos desnudados, região muito pobre, solo mau, agricultura rudimentar, gado raro, dizimado pelos glossinas.

A área territorial ocupada pela Guiné é dotada de uma complexa rede hidrográfica, que se compõe de inúmeras linhas de água, atingindo por vezes os trezentos metros de largura (Costa, 1946, p.15). Localizada na costa ocidental de África, comprimida entre os antigos territórios da África Ocidental Francesa (do

---

<sup>2</sup> Veja-se: *Principais obras e progressos realizados na Guiné Portuguesa no período comemorativo do V Centenário da Descoberta*, Separata do Número Especial do Boletim Cultural da Guiné Portuguesa Comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné, Outubro de 1947.

<sup>3</sup> É utilizada ao longo do texto o termo “Guiné” como sinónimo de “Guiné Portuguesa”.

Senegal e da Guiné Francesa – atualmente “Guiné-Conacri”), a então Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau) cobre uma superfície de aproximadamente 31.800 km<sup>2</sup>, mas detém uma área ininterruptamente emersa que anda à volta dos 28 000km<sup>2</sup> (Mota, 1954, Vol. I p. 3). A sua extensão Leste - Oeste alcança o valor máximo de 320 km, e a sua fronteira terrestre 680 km (Havik&Daveau,2010, p.30), sendo que o litoral se espraia do Cabo Roxo (latitude de 12 ° 20' Norte) até à Ponta Cagete (latitude de 10° 59' Norte). De clima quente e húmido, típico das regiões tropicais, ocorrem intensas precipitações entre Maio e Novembro. A parte inferior da Guiné é constituída por zonas baixas e alagadiças sujeitas a fortes correntes das caudalosas rias, por via das amplitudes das marés. Além do espaço continental, o território desemboca a sudoeste no oceano Atlântico, numa frente com mais de 190 km de comprimento, onde se situa, em face dos depósitos de aluvião que se vão formando, um conjunto de pequenas ilhas que estão próximo da massa continental. Assinale-se o Arquipélago de Bijagós, constituído por dezenas de ilhas e ilhéus, separado do continente pelo Canal do Geba e Canal do Orango, que se prolonga até ao Canal Pedro Álvares. Os rios principais têm o seu curso inferior tomado pelas águas do Oceano. Apesar dos níveis de maré e a transgressão marinha lhes reduza a importância como rios (Costa, 1946, p.15), esses cursos de água foram adquirindo importância como rias, amplas e profundas, que ligam muitas das zonas do território, adquirindo, nesse sentido, grande utilidade para a navegação e, conseqüentemente, interesse económico e comercial para as populações que aí se fixaram, e passaram a cultivar as bolanhas de arroz, ou a obter o vinho de palma dos palmares situados nos terrenos mais secos. Surgem sete rias, que impropriamente são denominados por rios, que penetram e retalham a costa da Guiné: Cacheu, Mansoa, Bissau, Bolola, Tombali, Combidjam e Cacine. E alguns destes cursos de água desaguam ribeiros, com um fluxo que não é permanente (COSTA, 1946, p. 15).

Orlando Ribeiro (1952, p. 10) definiu a Guiné Portuguesa, no plano geomorfológico, como uma região de contacto: entre o maciço antigo, aplanado pela erosão, e a bacia de sedimentação terciária do Senegal; entre uma plataforma litoral aplanada e irregular e os primeiros relevos, ainda modestos, que anunciam a proximidade de um importante maciço montanhoso: o Futa-Djalón. As características físicas da Guiné não impediram o seu povoamento por uma população etnicamente diversificada e em elevado número. De facto, este espaço transformou-se, com o decorrer do tempo, num corredor de civilizações (Ribeiro, 1952, p. 14), de diferentes culturas, idiomas, povos, uma “babel negra” (TENREIRO, 1950, p. 7), que se traduz numa riqueza antropológica e complexidade cultural que lhe é inerente.

Seguindo o contraste do perfil físico do território, a Geografia Humana da Guiné proporciona uma base de diferenciação muito mais pronunciada, que se revela em dois tipos de agricultura, dois modos de vida, duas formas de aproveitar os recursos e as possibilidades da natureza (RIBEIRO, 1989, pp.266-270). O interior da é dominado pelos Mandingas e Fulas de credo e confissão muçulmana, que praticam uma agricultura extensiva e uma vida pastoral rudimentar, vivendo em aldeias construídas em materiais pouco resistentes, mudam frequentemente de local, porque praticam culturas itinerantes e rotativas. No litoral, terra dos Baiotes, Nalus, Papéis, Manjacos, Felupes, Brames, Biafadas, Coboianas, Cassangas, Banhuns e Bijagós - que vivem no arquipélago com a mesma denominação - e do elemento étnico preponderante, os Balantas, encontra-se uma população com um modo de vida totalmente diferenciado da anterior, que não é islamizada, pratica uma agricultura sedentarizada e intensiva, onde as casas solidamente construídas em terra, espaçadas representam uma marca profunda da ocupação do solo.

Entre 1945 e 1949 os trabalhos de cartografia, de geodesia, de geomorfologia, de geografia contribuíram para um conhecimento mais abrangente do perfil físico e dos povos que habitavam a Guiné. À cartografia foi concedido um lugar de destaque no projetos científicos que se gizaram para o território.

## II. Um Projeto Internacional: o Atlas da África Ocidental

A primeira conferência internacional dos africanistas da África Ocidental, que teve lugar em Dacar, no mês de Janeiro de 1945, aprovou por unanimidade a proposta de Theodor Monod, diretor do *Institut Français de l'Afrique Noire* (IFAN), para que se iniciasse de imediato a elaboração de um atlas internacional da África Ocidental, em face da ausência de instrumentos científicos que proporcionassem uma leitura geográfica, social, económica e cultural da “África do Oeste”. O atlas deveria a ser impresso em várias cartas, planos, folhas, que sintetizassem os dados reunidos em cada campanha de exploração e recolha de dados no terreno, numa baliza espacial que se situaria a sul do deserto *Sahara* (Trópico de Câncer) e se prolongaria

até à fronteira leste e sul da África Equatorial francesa. Seria no IFAN, através da sua seção de Geografia, que os trabalhos seriam coordenados pelo chefe da seção Jean Richard-Molard, que se encarregaria de reunir os meios necessários e encontrar a metodologia mais apropriada para o projeto cartográfico. Importa desde logo questionar, o que se pretendia alcançar com a edição de um atlas da África Ocidental: quais eram os objetivos a atingir? Os dados gráficos reunidos na cartografia iria servir as administrações coloniais locais dos vários países europeus? Ou os dados a reunir ficariam unicamente na posse de cartógrafos e geógrafos? Que resultados poderiam ser alcançados no quadro de uma nova realidade social, política e económica que emergia no final da Segunda Guerra Mundial?

O alinhamento de saberes, ao nível da informação geográfica e cartográfica, implicaria, sem dúvida, o envolvimento de cientistas e técnicos das várias colónias europeias da região, além da França, incluindo a Guiné Portuguesa, através do seu Centro de Estudos e das Missões Científicas. Os dirigentes que dominavam as instituições coloniais locais, sobretudo por iniciativa dos delegados franceses, estavam convencidos que esse espaço, que constituía em grande parte a África Ocidental Francesa, poderia ser estudado e apropriado cientificamente como um todo, a partir das suas características geográficas, étnicas e culturais. Nesta visão, a conceção de uma obra geográfica e cartográfica coletiva tinham como objetivo facilitar uma leitura de conjunto das características físicas e humanas da região, tendo por base a relação dos homens com o meio ambiente tropical africano - um dos pontos essenciais no estudo de uma Geografia que se esforçava por demonstrar as profundas diferenças entre o meio ambiente dos espaços tropicais e dos países temperados, e disponibilizar em obras impressas essa informação a “não” africanistas.

Segundo os proponentes do atlas, a obra deveria reservar uma larga parte dedicada aos estudos de Geologia, à Orografia, à Hidrografia, Climatologia, Pedologia, Fitogeografia, Patologia, cujos dados seriam expostos graficamente, sobre as condições de vida das populações locais e as possibilidades que o meio natural oferecia. O documento cartográfico final teria de reunir informação sobre a diversidade dos géneros de vida, correntes de migração, espaços linguísticos, ciclos de culturas, técnicas agrícolas, regime de propriedade fundiária, estruturas sociais, políticas, desenvolvimento económico moderno. Caberia, também, nesse documento, as consequências da repartição política e administrativa de todo o espaço estudado.

O plano para a publicação de um atlas da África Ocidental afastava a “simples” edição do registo da progressão dos conhecimentos geográficos sobre os territórios conquistados e dominados. A representação cartográfica tinha outra função, para além da transcrição visual de um saber geográfico: deveria representar o poder “efetivo” europeu, em certos casos disputado entre poderes coloniais, e enaltecer a dominação sobre os territórios e povos (SUREMAIN, 1999, p.33), que se escondia na forma paternalista do exercício da autoridade das administrações coloniais, que, por sua vez, exaltavam as reformas do aparelho administrativo e fiscal, as obras de fomento e a disseminação da “civilização europeia”. É nesse sentido que entre 1945 e 1949, integrada em projetos internacionais, de que nos dá testemunho o projeto do Atlas Internacional da África Ocidental, a pequena colónia da Guiné inicia um surto de investigação geográfica, geológica, antropológica, agronómica, que se prolongará até meados dos anos de 1960, no qual se experimenta uma nova forma de representação cartográfica e se estabelecem as bases fundamentais para a construção de um rigoroso mapa topográfico e hidrográfico da Guiné Portuguesa.

### **III. A Produção Cartográfica: a construção do mapa da Guiné (1945-1949)**

A “Carta da Colónia da Guiné”, datada de 1933, e impressa pela Comissão de Cartografia, na escala 1:500.000, foi publicada como um esboço cartográfico, com fortes limitações na representação do espaço da Guiné Portuguesa, mas tratava-se do único mapa topográfico do território disponível em meados dos anos quarenta do século XX. Desde 1932 a Guiné Portuguesa passara a figurar no mapa em sete folhas da África Ocidental Francesa na escala de 1:200 000 “com curvas de nível equidistantes de vinte metros na área plana do Senegal e de cinquenta na área de relevo mais movimentado da Guiné Francesa.”(Ribeiro, 2010b, p. 204).

Em 1944 é criado o quadro legal, de pessoal e operacional, da Missão Geo-Hidrográfica da Guiné<sup>4</sup>, pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, organismo que sucedera à Comissão de Cartografia em 1936. A necessidade de uma Missão Geo-Hidrográfica para a Guiné Portuguesa, tinha como objetivo principal levantar a carta do território na escala de 1:100.000. A Guiné entraria numa fase de reordenamento cartográfico e hidrográfico, em face de uma profunda desatualização cartográfica, com nítidas implicações na navegação costeira. Os trabalhos seriam apoiados por um navio convenientemente equipado para as campanhas que se projetavam. Os objetivos principais da "Missão" iriam centrar-se numa triangulação de primeira ordem, que ligaria a base geodésica de Bissau, no extremo Oeste, com Piche, no extremo Este do território. As características climáticas e hidrográficas do espaço guineense, com uma área territorial diminuta, mas com uma linha de costa irregular, formada por múltiplos canais, cursos de água e ilhas adjacentes, antecipavam dificuldades no levantamento hidrográfico e topográfico da Guiné, com base num trabalho tecnicamente difícil e demorado, que exigiria persistência e esforço.

O plano metódico dessa Missão não se coadunaria com uma "resolução rápida e eficaz", nas palavras de Orlando Ribeiro (2010, pp. 203-204), que seria dotar a Guiné Portuguesa de um mapa que provesse em simultâneo as necessidades de fomento e de reconhecimento científico, na medida em que os trabalhos de campo, durante as primeiras cinco campanhas (1944-1949), preocuparam-se em edificar o apoio geodésico da topografia e da hidrografia.

De facto, nos anos imediatamente posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, houve a necessidade em avançar para a elaboração de um mapa da Guiné com certo grau de rigor, que pudesse servir como um instrumento de governo, apoiando o exercício direto do poder territorial (Harley, 2005, p.86), pela administração da Colónia, no âmbito de uma nova política colonial que ambicionava controlar as populações locais e cativar colonos, que povoassem e colonizassem um território de difícil adaptação, sobretudo, relativamente ao clima.

Em 1945, em consequência da preocupação do Governo português relativamente aos projetos científicos de França na região, dirigiu-se para a Guiné Portuguesa um importante contingente de investigadores, técnicos e cientistas portugueses. Essas equipas de investigadores propõem-se realizar trabalhos profundos sobre o espaço e as populações locais, e uma das lacunas com que de imediato se debatem é "a falta de uma carta topográfica com suficiente rigor para qualquer trabalho de investigação científica, visto a carta existente em 1:500.000, não ser mais do que um simples esboço." (Crespo, 1955, p. 94).

O antropólogo António Mendes Correia, chefe da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné, percorreu o território entre Dezembro de 1945 e Janeiro de 1946; uma primeira Missão de Geologia, chefiada por Carrington da Costa parte de Portugal para estudar os solos guineenses em 1946. A uma segunda missão, dirigida por aquele geólogo em 1947, tendo por adjunto Décio Thadeu, iria juntar-se a Missão de Geografia liderada por Orlando Ribeiro (HAVIK & DAVEAU, 2010, p. 15). Deste primeiro conjunto de relatórios e dados científicos recolhidos, publicam-se artigos e relatórios, acompanhados da edição de mapas, sobretudo esboços cartográficos, cujo rigor da apresentação da informação gráfica vai diferindo de carta para carta. Se a carta de Mendes Correia (1947) sobre a distribuição dos povos da Guiné Portuguesa tem pouco grau de clareza e não segue critérios cartográficos científicos, já Carrington da Costa edita o "Esboço Geológico da Guiné Portuguesa", da Missão Geológica (COSTA, 1946, pp. 26-27) para ilustrar e documentar os estudos que publica, após as campanhas geológicas de 1946 e 1947. Trata-se de um mapa na escala de 1:1000.000, que representa os intervalos de tempo geológico sobre o espaço guineense, dividindo-o em épocas, que representam a formação antiga do território: Antropozoico, Neogénico, Paleogénico, Doleritos, Devónico, Gotlandiano, Ordováciano, Algônquico, Arcaico. Este mapa geológico desenhado com base nas primeiras campanhas da pós-Segunda Guerra, no qual as jazidas fósseis vêm igualmente representadas, atesta a complexidade da Guiné Portuguesa, assente num "contraste estrutural fundamental" (HAVIK & DAVEAU, 2010, p.30). Dependendo das escalas dos mapas dos métodos e instrumentos de análise, assim como das observações e generalizações possíveis, a utilização de 1:1000.000 nos mapas geológicos apresentados por parte de Carrington da Costa (1947) e Décio Thadeu

---

<sup>4</sup>Em 1912 fora criada a 1ª Missão Geo-hidrográfica da Guiné, cujos trabalhos se vão centrar nos planos hidrográficos dos dois centros urbanos mais importantes do território: Bolama (1914), e Bissau (1915), e ainda do rio Baboc, plano datado de 1918.

(1949) denuncia uma aproximação à metodologia utilizada pelos serviços geográficos franceses do Senegal, que nesses anos trabalhavam no levantamento de uma carta etno-demográfica, precisamente nessa escala, para representar em diversas folhas toda a África Ocidental Francesa, incluindo os territórios sob domínio colonial português e inglês, a inserir no Atlas da África Ocidental.

Em 1946, o Governo da Colónia da Guiné Portuguesa incumbiu Avelino Teixeira da Mota de organizar uma carta e um roteiro das estradas do território (MOTA, 1948, p. 20). Nos dois anos seguintes, o jovem oficial reuniu exaustivamente documentação, enquanto procedia ao levantamento expedito de todas as estradas da Colónia, tendo percorrido cerca de 3.500 km. A recolha de informação geográfica, topográfica e etnográfica, os levantamentos e as cuidadosas medições e observações do espaço guineense revelaram os erros que enformavam a carta de 1:500.000 editada em 1933 (MOTA, 1948, pp. 20-21). Na posse de um conjunto apreciável de elementos que tinham resultado dos trabalhos de campo, Teixeira da Mota pretendia organizar meticulosamente, para publicação, um roteiro e uma carta da Colónia na escala de 1:250.000. Tendo presente a rede de estradas e dos inúmeros circuitos que as ligavam, o Ajudante de Campo do governador da Guiné planeava "*atenuar muitos dos erros mais grosseiros*", ao identificar e localizar no mapa alguns milhares de povoações. Acreditava que uma carta concebida com tal rigor iria prestar serviços úteis para a administração do território, até que os trabalhos da Missão Geo-Hidrográfica finalizassem a edição de um mapa rigoroso da Colónia de grande escala a publicar em várias folhas. Assim, os dados recolhidos entre 1946 e 1948, por uma vasta equipa de administradores e chefes de posto, funcionários do Ministério das Colónias, militares e cientistas, que prestavam serviço na Guiné, coordenados e liderados por Teixeira da Mota, teria como resultado um traçado bastante aproximado de todas as estradas, e representariam com um grau fiável e meticuloso todas as povoações situadas ao longo da rede viária, os traçados de numerosos cursos de água, e assinalariam ainda as muitas lalas e bolanhas junto das habitações e povoados. Tais informações seriam decisivas para corrigir e substituir a toponímia do território.

Na troca de ideias sobre projetos para a África Ocidental, com investigadores franceses, Teixeira da Mota tivera conhecimento de uma carta da Guiné Portuguesa na escala de 1:1.000.000 desenhada pelos Serviços Geográficos da África Ocidental Francesa, com base nos levantamentos aéreos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. A carta representava o litoral e os principais cursos de água, se bem que só localizasse e identificasse uma dúzia de povoações (MOTA, 1948, p. 21), o que mais uma vez confirmava os erros grosseiros da carta de 1933, que o reconhecimento expedito das estradas do território já realçara, nomeadamente, a península do Gã Pará, na confluência dos rios Geba-Corubal, que não estava representado naquele mapa; a representação do curso superior do Cacheu acima de Farim, que se havia revelado pelo reconhecimento das estradas Ionfarim – Canjambari – Jumbembem – Farim – Ionfarim; o erro na posição relativa a Teixeira Pinto- Cacheu – Calequisse - Caió – Bianga, revelado no levantamento das estradas de Cacheu; as distorções da carta de 1933 encontravam-se, também, nos ramais da região de Binar e Bula e esteiros situados próximos, na configuração das estradas do norte da circunscrição do Gabú, nas deformações e representações deficientes em todo o sul da Colónia – posição do Enchudé, configuração e extensão da ilha dos Escravos no Cubisseco, posição relativa das rias Tombali – Gonjola – Cumbijã – Cacine (MOTA, 1948, p. 21).

Pensava-se que a curto prazo fotogrametria da Missão Geo-Hidrográfica iria permitir medições rigorosas a partir de fotografias aéreas, com sobreposição, o que geraria diferentes perspetivas de uma mesma região, a medição das altitudes de forma rigorosa, e as posições de pontos definidos, num terreno muito plano, que auxiliaria no desenho da carta topográfica.

Em correspondência com João Farmhouse, funcionário superior da Sociedade de Geografia de Lisboa, Teixeira da Mota dá-nos uma ideia de como os trabalhos cartográficos decorriam a 4 de Julho de 1947.

Estou a trabalhar a fundo num trabalho meu, que será o mais importante que estou a fazer por cá. Trata-se do "Roteiro das estradas e povoações da Guiné", obra volumosa e maciça, que será fundamental para muitos estudos. Simultaneamente estou organizando uma nova carta da Colónia (na escala 1: 250.000), em folhas para substituir a actual (1:500.000), que está cheia de disparates. Essa carta será a base para novos estudos, um dos quais meu, sobre os povos da Guiné (com uma carta etnográfica rigorosa).

Teixeira da Mota nunca chegaria a publicar uma carta na escala de 1:250.000, mas de uma forma paciente e metódica tinha inserido sobre a representação do modelo de carta francês todas as estradas reconhecidas, e as principais povoações localizadas. Desenhados os espécimes, introduzidos os dados, acertados os pormenores técnicos, revista a topografia, editaram-se duas cartas na escala de 1:1000.000. Uma representava os principais cursos de água, as estradas e assinalava a localização dos centros de administração: sedes de circunscrição, de postos de administrativos e centro de comércio. Para Teixeira da Mota tratava-se de um mapa provisório, que seria substituído a breve trecho pela carta na escala de 1:250.000, logo que estivessem reunidas as condições técnicas e administrativas (Mota, 1948, p. 22). Porém, os elementos cartográficos, materializados no novo mapa das estradas e das povoações e na carta étnica “passaram desde essa data a ser geralmente utilizados, em esboços cartográficos vários.” (MOTA, 1954, Vol. I p. 12).

Projetava-se sobre o papel, como exemplifica esboço da carta de 1:1000.000, os interesses económicos, sociais, políticos e estratégicos do poder dominante: onde a colonização poderia obter proveito, na medida em que ao delimitar os espaços considerados como úteis, estes mapas constituíam uma grelha de leitura seletiva da realidade africana, que como instrumento de saber transmitiam o conhecimento dos terrenos e espaços prioritários no investimento colonial, determinado sempre em função do rendimento que se esperava alcançar (SUREMAIN, 1999, p.36). Na Guiné Portuguesa esta realidade é particularmente visível quanto à segurança da navegação comercial, através de cartas hidrográficas mais precisas, que facilitariam um maior tráfego marítimo; e um conhecimento minucioso dos terrenos agrícolas e dos povoados, para os quais se estabeleceriam políticas e ações administrativas que pretendiam aumentar a produção de arroz, amendoim ou coconote para o óleo de palma.

A segunda carta temática, publicada oficialmente pelo Governo Guiné Portuguesa, entre 1946-1947, na mesma escala de 1:1000.000, representava a distribuição étnica dos povos que se repartiam pelo território<sup>5</sup>. Na produção desse mapa Teixeira da Mota usufruía, mais uma vez, das informações que o geógrafo francês J. Richard-Molard disponibilizara pessoalmente em finais de 1946, quando trabalhava na organização da folha nº1 do Atlas Internacional da África Ocidental (MOTA, 1948, p. 21). O método utilizado para representação dos povos/etnias revelou-se o mais adequado, através da interpenetração, no espaço representado, dos vários grupos étnicos. Era uma inovação técnica, que não se obtivera até ao momento com a inserção nos espécimes cartográficos de manchas de cor contínuas. Foram utilizadas três cores: vermelho para os povos do litoral, sépia para o grupo Mandinga, e azul para os Fulas; eram representados os núcleos populacionais superiores a 15 indivíduos, na medida em que as etnias poderiam encontrar-se em povoações individualizadas ou em núcleos dispersos vivendo nas povoações de outros grupos étnicos. Um dos estudiosos que se serviu desse trabalho foi Francisco Tenreiro, geógrafo que participara na Missão de Geografia como adjunto de Orlando Ribeiro. Tenreiro (1950, p. 9) valoriza a cartografia produzida, salientando a técnica utilizada, ao conseguir dar a ideia de interpenetração dos povos que habitavam a Guiné Portuguesa, representando o mapa todos os núcleos populacionais superiores a 15 indivíduos. O aperfeiçoamento desta representação, para o Ajudante de Campo do governador da Guiné Portuguesa, só se poderia efetuar numa carta em escala de 1:500.000 (MOTA, 1948, p.22), mas naquele momento não estavam reunidas as condições técnicas necessárias.

A edição de uma carta naquela escala levaria os dez anos seguintes a levantar, e seria o plano central do trabalho da Missão Geo-Hidrográfica da Guiné. A primeira carta hidrográfica levantada nos mares da Guiné, segundo processos rigorosos – carta hidrográfico n.º 16 – abrangia o Canal do Geba entre o baixo do Gancho, a foz do Rio Balola e as passagens interiores de Bolama. A carta, pronta para publicação em 1949, destinava-se a servir a navegação entre os portos de Bissau e de Bolama. Fora concebida na escala de 1:80.000 (CRESPO, 1949, p. 513). Quanto aos trabalhos topográficos, iniciaram-se com o levantamento da carta geral do território na escala de 1:500.000. Entretanto, o Ministério da Marinha concedera um avião, material fotográfico e respetivo pessoal à “Missão”, financiando as despesas de manutenção do aparelho (CRESPO, 1955, p. 97), o que conferiu maior capacidade técnica às investigações e trabalhos topográficos.

Havia, na verdade, urgência na conceção do mapa topográfico da Guiné, mas as dificuldades de execução era particularmente delicadas “num território monótono, na maior parte plano, com grandes massas de

---

<sup>5</sup> Os dados, na sua maioria, foram proporcionados pelos funcionários administrativos, que recolham informação a fim de responder ao Inquérito Etnográfico que se encontrava em curso.



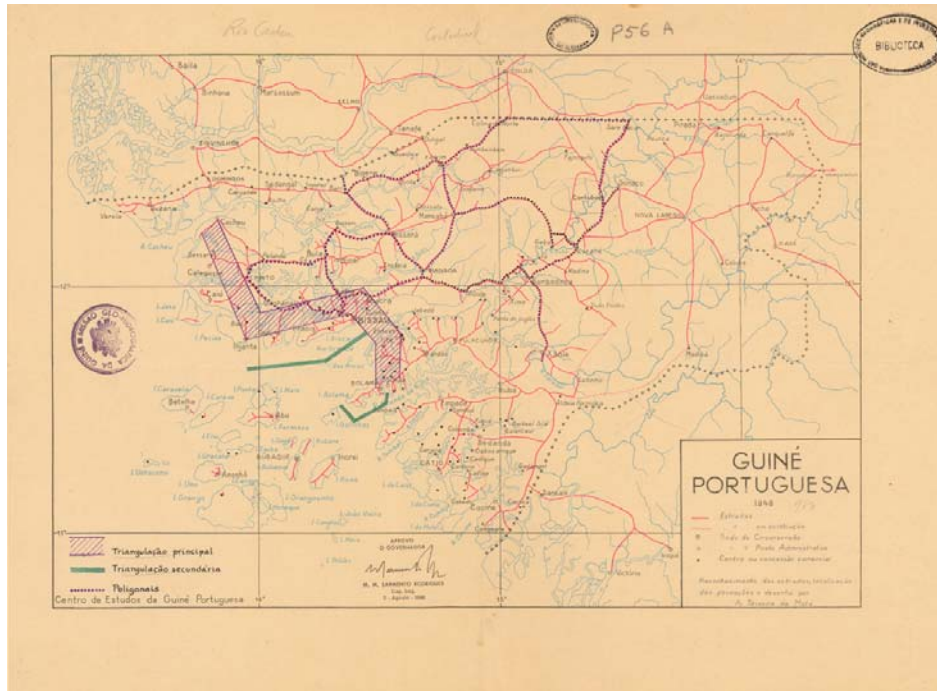
arvoredo penetrado pelas marés que, em frente de uma larga plataforma continental, alcançam amplitude se cerca de cinco metros.” (Ribeiro, 2010b, p.203)

Todavia, até 1949 ainda se publica, no Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de Descobrimto e Expansão (Lisboa, Ministério das Colónias, 1948), três cartas e três esboços cartográficos da pequena Guiné Portuguesa. A Carta das Atividades Económicas em 1.500.000, da autoria do engenheiro Sales Lano; a Carta Demográfica da Guiné em 1:200.000 de Eduardo Pereira da Silva; a carta Hipsométrica da Guiné na escala de 1: 2000.000 do desenhador Vaz; o Esboço Etnográfico da Guiné na escala de 1.2000.000 do comandante Teixeira Marinho; o Esboço Geológico da Guiné em 1.2000.000 da autoria de Carrington da Costa; e finalmente o Esboço Geográfico da Colónia da Guiné Portuguesa em 1:1000.000 de Teixeira da Mota.

Com qualidades e grau de rigor díspares, a edição desta cartografia motivou de imediato uma recensão crítica por parte Orlando Ribeiro. O trabalho de Teixeira da Mota era considerado de nível científico, mas não podia preencher a lacuna da ausência de um mapa topográfico (RIBEIRO, 2010b, pp. 209-2010), que deveria comportar a floresta mais ou menos densa, a savana densa e floresta degradada, objeto de queimadas frequentes; campos de cultura em rotação, lalas, depressões pantanosas sem cultura; bolanhas depressões pantanosas cultivadas (arrozais); palmares, na orla dos sapais e na margem dos rios; jardins, hortas, pomares, que rodeavam as populações; plantações de canas-de-açúcar. A escala desse mapa topográfico deveria contar uma representação aproximada dos tipos de povoações, compactas, aglomeradas ou dispersas, e os principais tipos de povoamento, dados esses recolhidos entre 1945 e 1947, por uma equipa de técnicos, onde se destacava Teixeira da Mota, enquadrados pelo Governo da Guiné Portuguesa.

## Conclusão

Entre 1945 e 1949 deram-se passos importantes no conhecimento geográfico da Guiné da Portuguesa. Algumas das propostas de Orlando Ribeiro foram acolhidas, e a cartografia levantada por determinação do governador Sarmento Rodrigues, em 1946-1947, já representava, por exemplo, a divisão da zona de transição por uma linha natural: marés – mangal. Na edição do mapa de 1948, publicado pelo Governo da Guiné (em anexo), são visíveis os avanços da representação do espaço guineense, quer na localização das estradas, quer na representação das sedes de Circunscrição, Postos Administrativos e Centros ou Conceção Comercial. Por seu turno, como anotou Francisco Tenreiro (1950, p. 12), o levantamento geral do tipo de habitação na Guiné tratou-se afinal de um inquérito ao povoamento da Colónia, que se impôs como uma peça decisiva no conhecimento das populações e dos seus modos de vida. Uma base cartográfica mais de acordo com os princípios técnicos apurados, minuciosa e rigorosa, que resultou dos trabalhos levados a cabo entre 1945 e 1949, estaria na origem de muitos dos trabalhos de investigação com acentuado nível científico, que se foram publicando sobre a Guiné Portuguesa até ao início da guerra em 1963.



Fonte: Centro de Documentação do Instituto de Investigação Científica Tropical - CDI-2064-1948

### Referências Bibliográficas

Carlos Cardoso, A Ideologia e a Prática da Colonização Portuguesa na Guiné e o seu Impacto na Estrutura Social, *Soronda*, nº 14, pp.29-63, Julho, 1992

CASTELO, Cláudia, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/ Junta de Investigações do Ultramar, Dicionário de História de Portugal, Vol. VIII, suplemento F/O, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Lisboa, Livraria Figueirinha, 1999, pp. 325-326

CASTELO, Cláudia, Ciência, Estado e Desenvolvimento no Colonialismo Português Tardio, In JERÔNIMO, Miguel Bandeira (Org.), *O Império Colonial em Questão (SÉCS – XIX-XX). Poderes, Saberes e Instituições*, Lisboa, Edições 70, 2012, pp. 349-387.

CORRÊA, António Mendes, *Uma Jornada Científica na Guiné Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947.

COSTA, J. Carrington da, Meio Físico da Guiné Portuguesa, *Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, Lisboa, Volume I, pp. 11-31, 1946

CROWDER, Michael, The Second World War : Prelude to a decolonization in Africa, *The Cambridge History of Africa*, Vol. 8 from c. 1940 to c. 1975, edited by Michael Crowder, London, New York, New Rochele, Melbourne, Sydney, 1984

CRESPO, Manuel Pereira, *Missão Geo-Hidrográfica da Guiné, carta n.º216*, Separata do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.15, Julho de 1949

CRESPO, Comandante Manuel Pereira, *Trabalhos da Missão Geo -Hidrográfica da Guiné (1948-1955)*, Bissau, Impr. Sociedade Industrial de Tipografia, Centro de Estudos da Guiné, 1955

FERRO, Marc, *História das Colonizações. Das Conquistas às Independências (sécs. XIII-XX)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996

GARCIA ÁLVAREZ, Jacob; Garcia, João Carlos(Coord.), *Histoire de la Géographie et Colonialisme/History of Geography and Colonialism*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 2014

HARLEY, J.B. *La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensayos sobre la Historia de la Cartografía*, México, Fondo de Cultura Económica, 2005

- HAVIK, Philippe; DAVEAU, Suzanne (organização e estudos), *Cadernos de Campo de Orlando Ribeiro. Guiné 1947*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, 2010
- MONOD, TH., L'Atlas Général International de l'Ouest Africain, In *Actas da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais em Bissau*, Lisboa, Imp. Oficinas Gráficas da Sociedade Astória, Vol.I, 1950, pp.224-237
- MOTA, A. Teixeira da; NEVES, M.G: Ventim (Direção), *A Habitação Indígena na Guiné Portuguesa*, Bissau, Imp. Sociedade Industrial de Tipografia, Centro de Estudos da Guiné, 1948
- MOTA, A. Teixeira da, *Guiné Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, 2 Volumes
- RIBEIRO, Orlando, *Sur Quelques Traits Géographiques de la Guinée Portugaise*, Separata da *Actas da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais em Bissau*, Lisboa, Vol. IV, 1ª Parte, 1952
- RIBEIRO, Orlando, L'Aménagement du Terroir en Afrique Occidentale, In RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos*. I Volume: Síntese e Método, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 265-276
- RIBEIRO, Orlando, Missão de Geografia à Guiné em 1947, In HAVIK, Philippe; DAVEAU, Suzanne (organização e estudos), *Cadernos de Campo de Orlando Ribeiro. Guiné 1947*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, 2010a, pp. 182-201
- RIBEIRO, Orlando, Acerca do mapa topográfico da Guiné, In In HAVIK, Philippe; DAVEAU, Suzanne (organização e estudos), *Cadernos de Campo de Orlando Ribeiro. Guiné 1947*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, 2010b, pp. 203-211
- RICHARD-MOLARD, J., *L'Afrique Occidentale Française*, Paris, Berger-Levrault, 1949
- RICHARD-MOLARD, J., *Cartes Ethno-Démographiques de l'Afrique Occidentale*, Fulle nº 1, Dacar, Institut Français d'Afrique Noire(IFAN), 1952
- SUREMAIN, Marie-Albane de, Cartographie coloniale et encadrement des populations en Afrique coloniale française, dans la première moitié du XXe siècle, In *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, Paris, Tome 86, nº 324-325, pp. 29-64, 2e semestre 1999, disponível em suporte digital, no seguinte local, In [http://www.persee.fr/doc/outr\\_0300\\_9513\\_1999\\_num\\_86\\_324\\_3739](http://www.persee.fr/doc/outr_0300_9513_1999_num_86_324_3739)(Consulta: 28 de Setembro de 2015)
- SUREMAIN, Marie-Albane de, *Les Cartes Ethno-Démographiques de l'Afrique Occidentale: enjeux d'une construction, 1952-1962*, *Mappamonde*, 92, 4, 2008, disponível em suporte digital no seguinte local , In <http://mappemonde.mgm.fr/num20/articles/art08404.html>, (Consulta: 2 de Outubro de 2015)
- TENREIRO, Francisco, *Acerca da Casa e do Povoamento da Guiné*, Lisboa, Imp. Bertrand Irmãos, Ministério das Colónias- Junta de Investigações do Ultramar, 1950.
- THADEU, Décio, Notas sobre a Geologia da Guiné Portuguesa, *Anais da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, Lisboa, Volume IV, nº 2 pp. 5-75, 1949
- TEIXEIRA, A. J. Da Silva, *Os Solos da Guiné Portuguesa. Carta Geral, Características, Formação e Utilização*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962

